

Retrato Territorial de Portugal

Edição 2017

DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL DO TURISMO, SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA, COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO NAS REGIÕES PORTUGUESAS

O INE divulga a 5ª edição do Retrato Territorial de Portugal em que se analisam as dinâmicas territoriais centradas nos domínios Qualificação territorial, Qualidade de vida e coesão e Crescimento e competitividade que, nesta publicação, incidem, respetivamente, nas temáticas ***A diferenciação territorial do turismo, A sustentabilidade demográfica dos territórios e A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas.***

Esta edição do Retrato Territorial de Portugal assume um novo formato de publicação digital, de cariz interativo, que privilegiou o acesso mais direto à informação de base que constitui referência para as análises desenvolvidas.

O Retrato Territorial de Portugal (publicação bienal) visa valorizar, numa perspetiva analítica, a informação estatística de base territorial disponibilizada pelo Sistema Estatístico Nacional. Esta publicação privilegia as fontes estatísticas associadas aos Anuários Estatísticos Regionais, recorrendo a comparações temporais de forma a captar trajetórias estruturais que diferenciam os territórios.

No domínio *Qualificação territorial*, são analisadas características físicas que estruturam a organização do território – as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infraestruturas e o património natural – numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens ancoradas em elementos fundamentais dos processos de reprodução económica e social que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

Nesta edição, são analisadas as temáticas seguintes: *A diferenciação territorial do turismo, A sustentabilidade demográfica dos territórios e A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas.*

A publicação integral bem como os dados estatísticos e as figuras que suportam a análise estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Publicações.



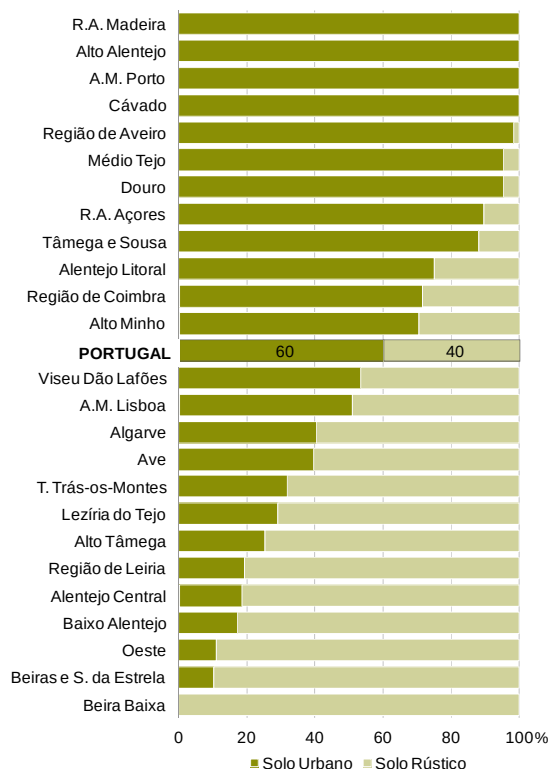
I. A diferenciação territorial do turismo

A análise sobre *A diferenciação territorial do turismo* é centrada nos processos de transformação do espaço edificado induzidos pelo turismo, nas dinâmicas recentes da oferta e na diferenciação da atratividade turística dos territórios. Com base na informação estatística proveniente do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas e do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e com recurso a tipologias territoriais, procura-se identificar o contributo dos territórios para a competitividade do turismo em Portugal.

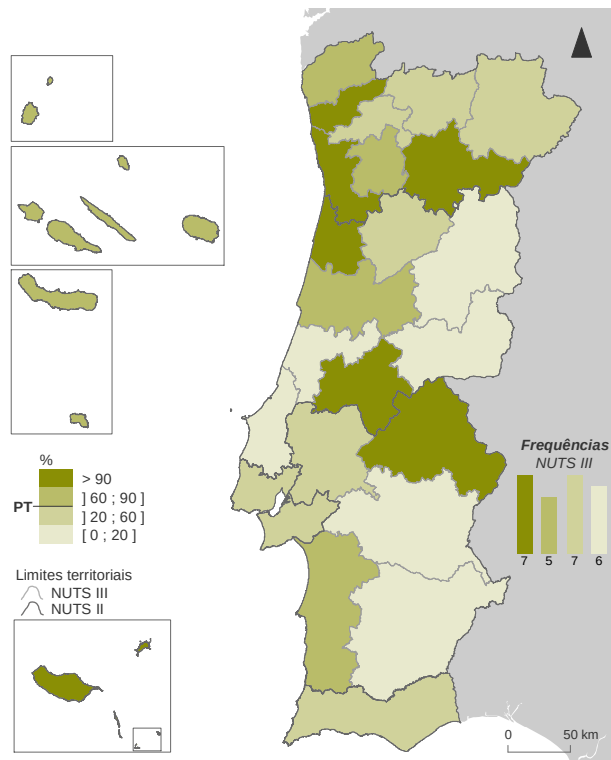
Entre 2014 e 2016, a proporção da superfície de edificação licenciada para construções novas destinadas ao turismo em solo rústico aumentou

Em 2016, cerca de 57% da superfície de edificação licenciada para construções novas destinadas ao turismo localizava-se em solo urbano. Em 2014 esta proporção era de 65%, revelando um aumento da importância da superfície licenciada para construções novas para turismo em solo rústico (por oposição ao decréscimo verificado em solo urbano). No período 2014-2016, em algumas sub-regiões do Centro (Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Oeste), bem como no Baixo Alentejo, no Alentejo Central e na Região de Leiria, mais de 80% da superfície licenciada destinada ao turismo localizava-se em solo rústico.

Distribuição da superfície de construção nova licenciada destinada ao turismo por tipo de solo (obras licenciadas), Portugal e NUTS III, 2014-2016



Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas), por NUTS III, 2014-2016



Fonte: INE, I.P., SIOU, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

No período 2011-2016, em 114 municípios a proporção de superfície objeto de reabilitações físicas face ao total de superfície de obras no edificado destinado ao turismo foi superior a 50%

No período 2011-2016, 114 dos 308 municípios portugueses registavam uma proporção de superfície objeto de reabilitações físicas face ao total de superfície de obras no edificado destinado ao turismo superior a 50%, destacando-se um conjunto de 63 municípios, localizados maioritariamente nas regiões Centro (21) e Norte (19), em que o total das obras destinadas a fins turísticos correspondeu exclusivamente a obras de reabilitação.

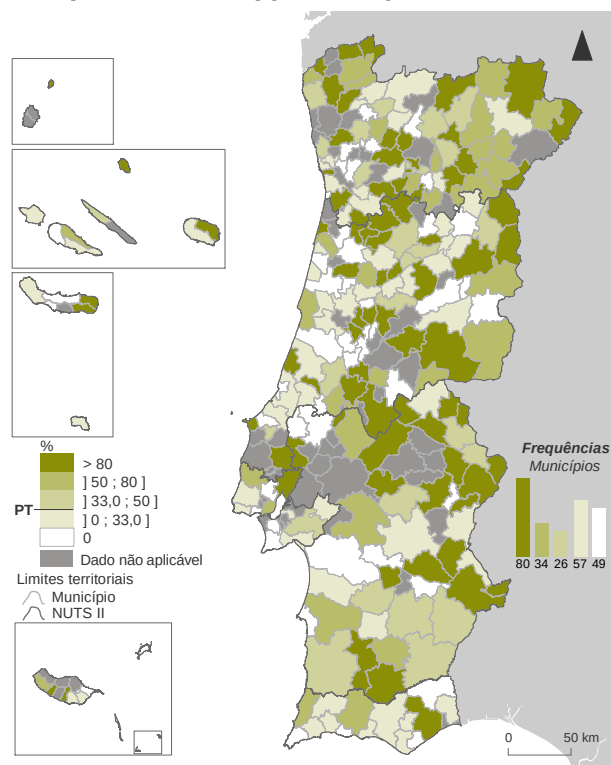
Entre 2013 e 2016, o número de alojamentos turísticos aumentou em todas as regiões NUTS II, verificando-se um crescimento relativo mais expressivo na Região Autónoma da Madeira

Entre 2013 e 2016, a tendência de aumento do número de estabelecimentos de alojamento turístico verificou-se em todas as regiões NUTS II, destacando-se o ritmo de crescimento médio anual de 36,8% na Região Autónoma da Madeira. No Continente, a Área Metropolitana de Lisboa (13,5%) e o Centro (11,9%) registavam as taxas de crescimento médio anual mais elevadas. Contudo, a região Norte mantinha em 2016 a maior oferta de alojamentos turísticos e registou no período 2013-2016 uma taxa de crescimento médio anual de 9,9%. O crescimento da oferta de alojamento foi menor na Região Autónoma dos Açores (5,1%) e no Algarve (4,9%).

Entre 2013 e 2016, o ritmo de crescimento da capacidade de alojamento turístico em áreas predominantemente rurais foi cerca de três vezes superior ao verificado em áreas predominantemente urbanas

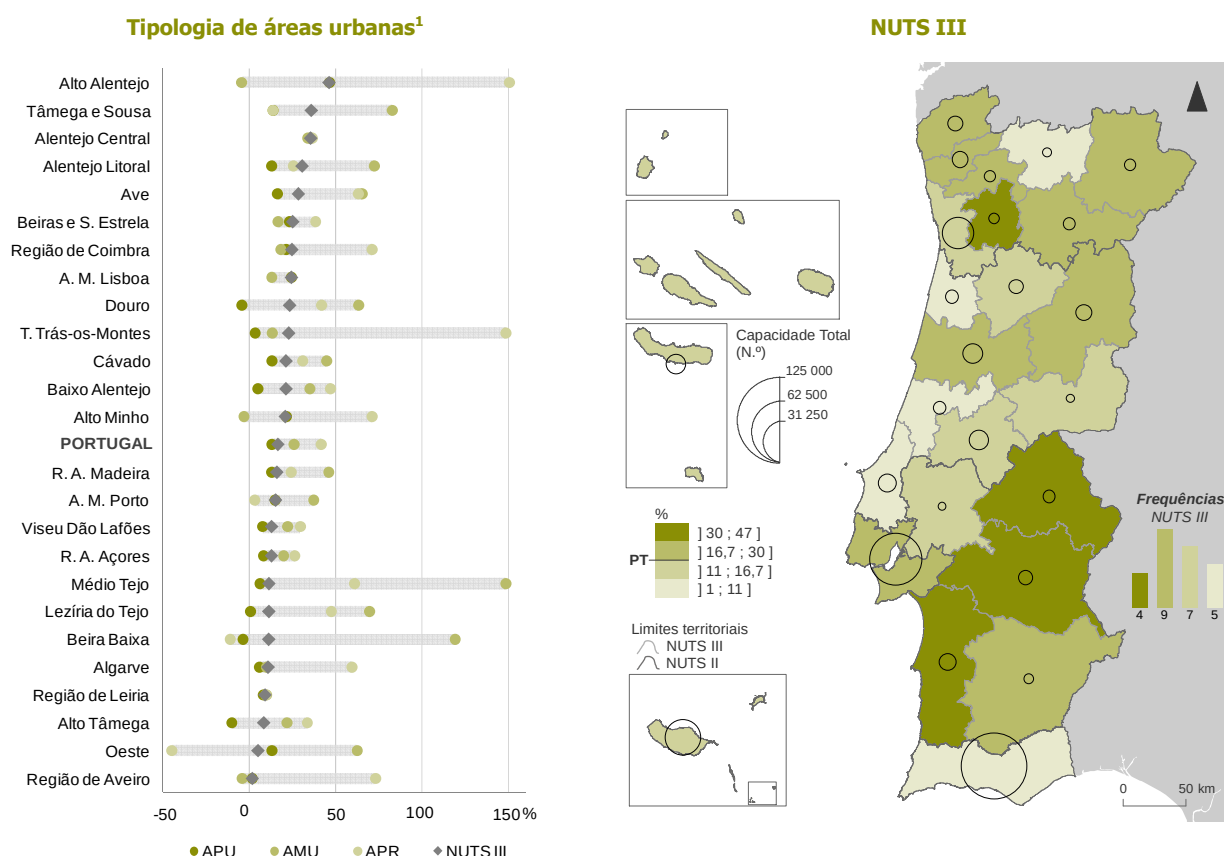
Entre 2013 e 2016, a taxa de variação da capacidade de alojamento turístico em Portugal (16,7%) foi mais elevada nas áreas predominantemente rurais (APR, 41,8%) e mais baixa nas áreas predominantemente urbanas (APU, 13,2%). Em 14 das 25 sub-regiões portuguesas, a taxa de crescimento da capacidade foi mais elevada nas áreas predominantemente rurais, do que nas áreas predominantemente urbanas ou mediantemente urbanas. A sub-região Alto Alentejo assinalava não só os valores mais elevados neste indicador, como também a maior assimetria entre territórios predominantemente urbanos e rurais. Em 2016, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa representavam 52,2% da capacidade total de alojamento turístico em Portugal.

Proporção da superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo no total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas) por município, 2011-2016



Fonte: INE, I.P., SIOU, Estatísticas das Obras Concluídas.

Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico segundo a Tipologia de áreas urbanas e capacidade total de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2013/2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

Entre 2011 e 2016, a capacidade dos hotéis de quatro e cinco estrelas aumentou em todas as regiões NUTS II

Entre 2011 e 2016, a capacidade dos hotéis de quatro e cinco estrelas aumentou em todas as regiões do país apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 5% em Portugal. As regiões que apresentavam um maior crescimento neste indicador foram o Alentejo e o Centro com taxas de crescimento médio anual de 9,3% e 8,1%, respetivamente. O Algarve registou o menor aumento da oferta de capacidade em hotéis de quatro e cinco estrelas.

Entre 2013 e 2016, o número de dormidas cresceu em todas regiões, destacando-se o aumento relativo da procura global nas regiões Norte e Alentejo, bem como o crescimento de dormidas no Turismo em Espaço rural e Turismo de habitação na região Centro e no Alojamento Local na Área Metropolitana de Lisboa

O número de dormidas cresceu em todas as regiões e em todos os tipos de alojamento com exceção da Área Metropolitana de Lisboa em que se verificou um decréscimo das dormidas em estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (-10,3% ao ano). As regiões Centro (+39,1%), Norte (+25,7%), Algarve (+24,9%) e Alentejo (+23,9%) registaram as maiores taxas de crescimento do número de dormidas neste tipo de alojamento entre 2013 e 2016. O crescimento no número de dormidas em estabelecimentos de Alojamento Local foi mais expressivo na

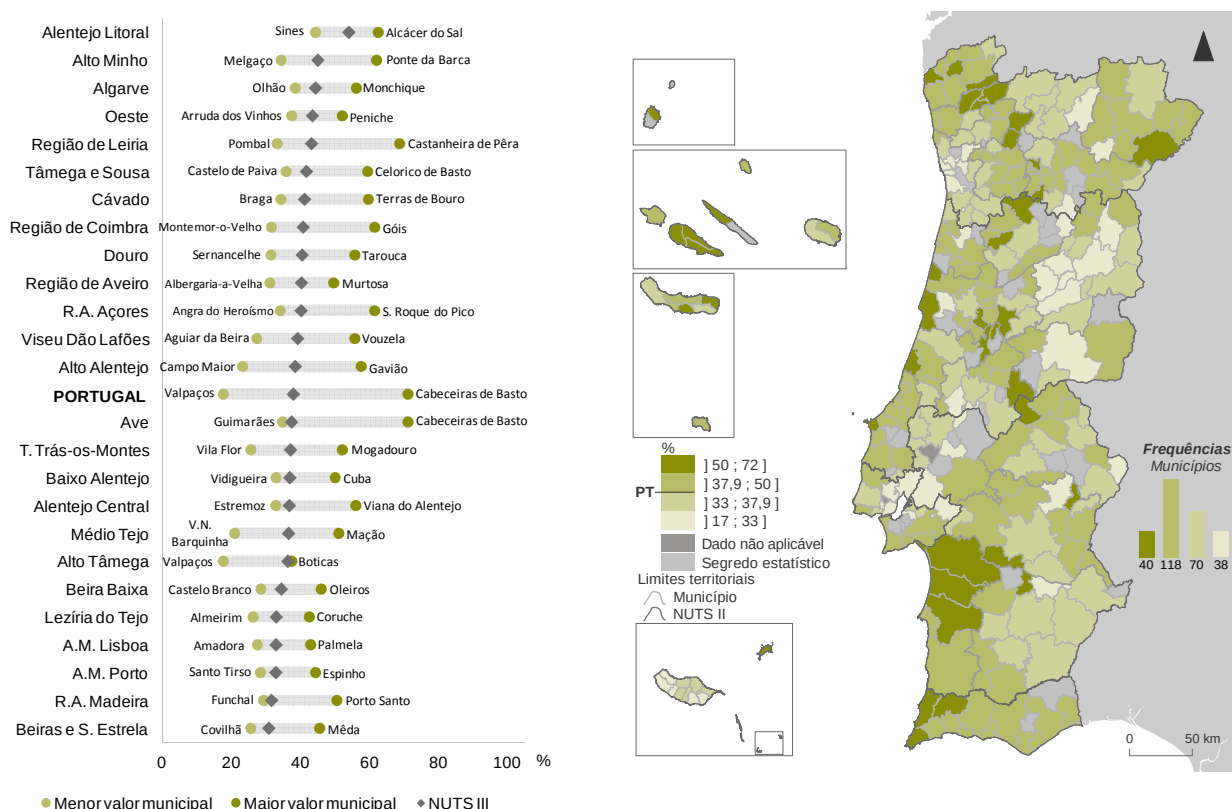
¹ O valor relativo às áreas predominantemente rurais da Área Metropolitana de Lisboa está sujeito a segredo estatístico.

Área Metropolitana de Lisboa (+29,7%) e no Algarve (+23,3%). No que respeita às dormidas em Hotelaria, sublinham-se os crescimentos mais expressivos na Região Autónoma dos Açores (+15,6%) e nas regiões Norte e Alentejo (+13,5% em ambas).

Em 40 municípios portugueses, mais de metade das dormidas de 2016 ocorreram entre julho e setembro

Em 40 municípios portugueses, mais de metade das dormidas registadas em 2016 ocorreu nos meses de julho a setembro. Estes municípios estavam dispersos pelo país, verificando-se ainda assim uma maior concentração no Litoral do Alentejo, na faixa ocidental do Litoral do Algarve e em algumas ilhas da Região Autónoma dos Açores. Os municípios em que o efeito de sazonalidade nos meses de julho a setembro era menos intenso (valores abaixo de um terço do total de dormidas no ano) situavam-se maioritariamente no território do Interior da região Centro, nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e também na Região Autónoma da Madeira.

Proporção de dormidas entre julho-setembro por município, 2016

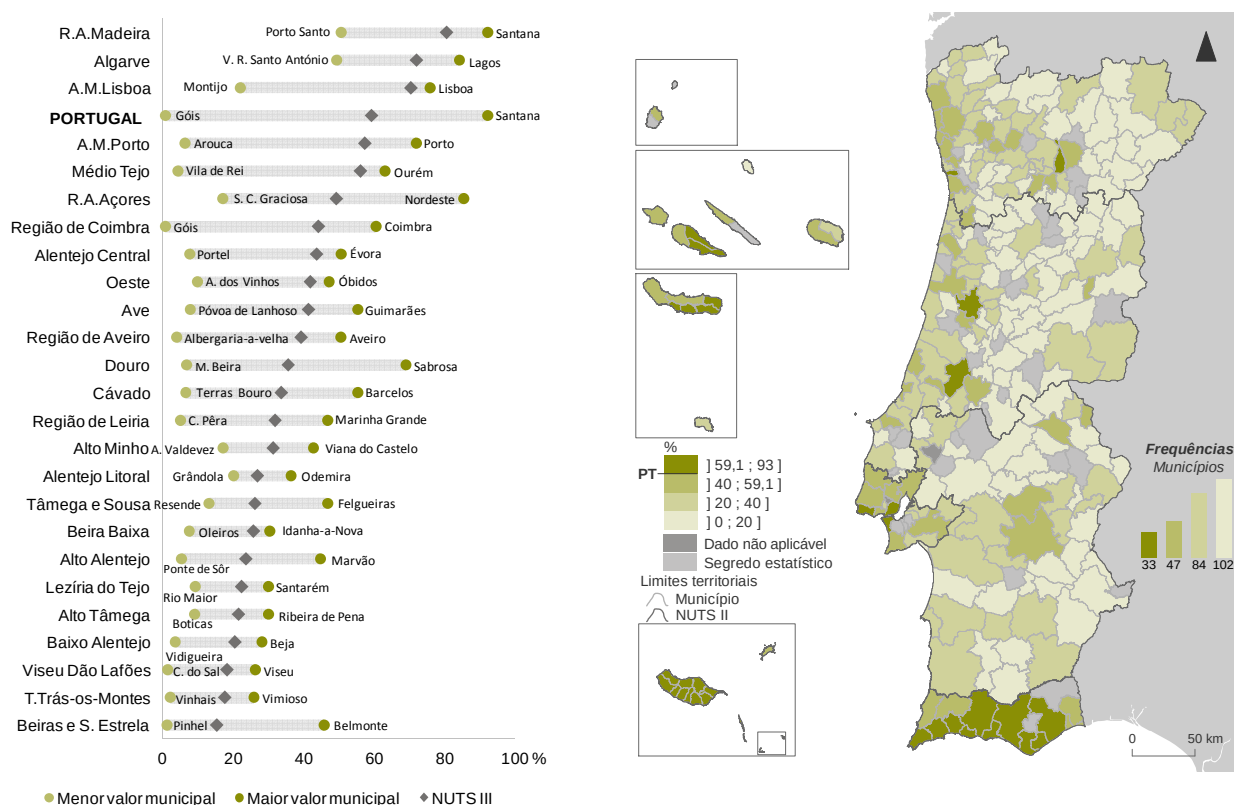


Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

Em 2016, o contributo dos hóspedes residentes no estrangeiro para a procura turística nacional foi superior à proporção registada a nível nacional (59,1%) em 33 municípios localizados sobretudo no Algarve e nas regiões autónomas

Em 2016, a maioria dos municípios com valores mais elevados da proporção de hóspedes com residência no estrangeiro (acima de média nacional de 59,1%) situavam-se no Algarve e nas regiões autónomas. Enquanto na Região Autónoma da Madeira e no Algarve em todos os municípios (excetua-se Vila Real de Santo António, no Algarve) mais de metade dos hóspedes eram estrangeiros, no caso da Região Autónoma dos Açores verificava-se maior disparidade neste indicador, com vários municípios a apresentar valores abaixo de 50%.

Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico, Portugal, NUTS III e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

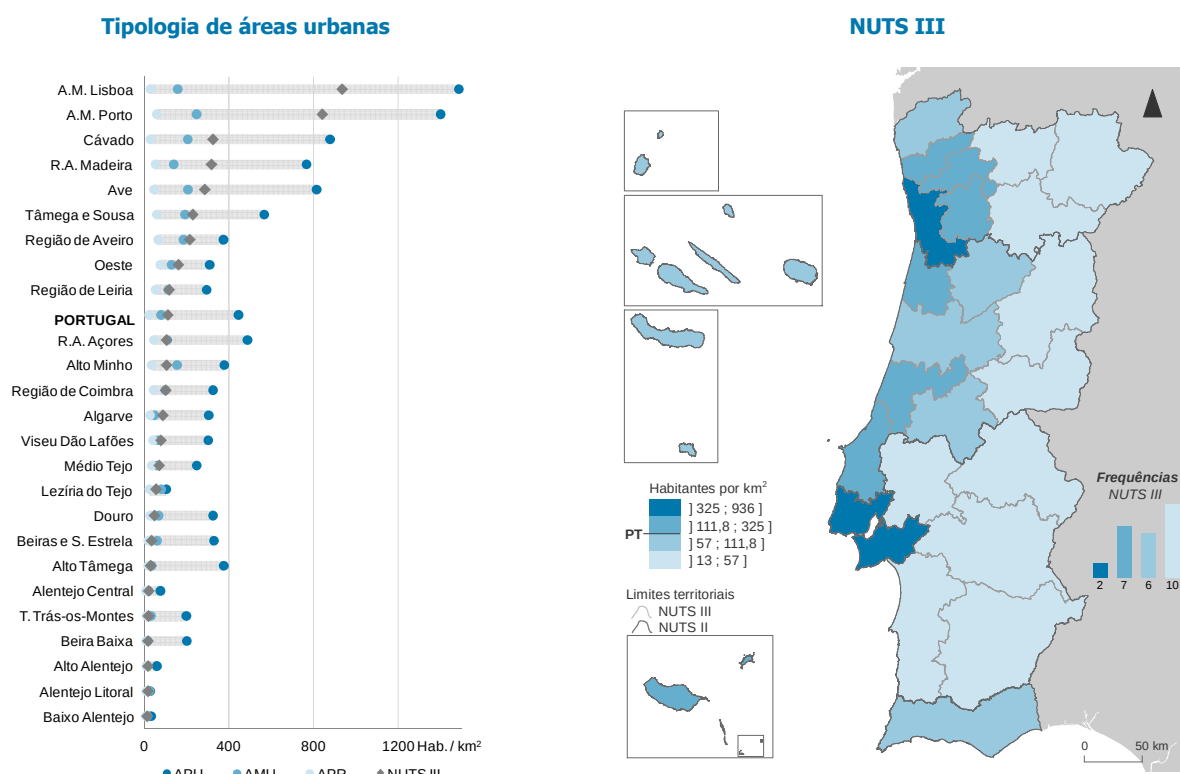
II. A sustentabilidade demográfica dos territórios

Na análise sobre *A sustentabilidade demográfica dos territórios* são apresentadas as assimetrias estruturais de ocupação do país e os estádios diferenciados que os territórios enfrentam face aos desafios do envelhecimento e da renovação da população, por recurso à informação das Estimativas Anuais de População Residente, dos Indicadores Demográficos e, no que respeita especificamente à população estrangeira residente, aos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Num contexto de maior concentração da população no Litoral, e em especial nas áreas metropolitanas, por oposição ao Interior do Continente, a densidade populacional em territórios predominantemente urbanos era 19 vezes superior à verificada em áreas rurais

A densidade populacional em áreas predominantemente urbanas era superior a 250 habitantes por km² em 17 das 25 NUTS III, incluindo as duas regiões autónomas e sub-regiões do Interior Norte e Centro – Alto Tâmega, Beiras e Serra da Estrela, Douro e Viseu Dão Lafões –, salientando o papel das cidades de média dimensão na estruturação dos territórios do Interior continental. Verifica-se um contraste significativo entre o povoamento das áreas predominantemente urbanas (APU) e rurais (APR), registando-se uma expressão da residência em áreas predominantemente urbanas 19 vezes superior. As duas áreas metropolitanas, o Cávado, o Ave, o Tâmega e Sousa e as duas regiões autónomas apresentavam assimetrias de densidade populacional entre áreas predominantemente urbanas e rurais superiores ao valor médio do país.

Densidade populacional segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016

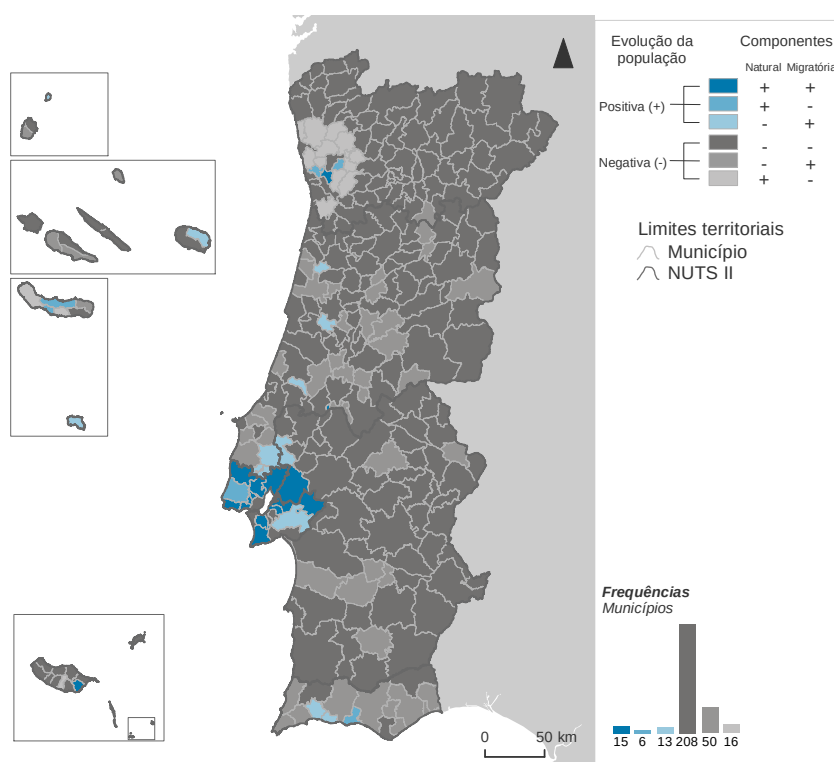


Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. MA-DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP.

Entre 2011 e 2016, apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população, e destes, 15 em resultado de taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente positivas

Entre 2011 e 2016, apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população tendo esta dinâmica oscilado entre uma taxa de crescimento anual médio de 0,001% (Lagoa, no Algarve) e de 1,42% (Arruda dos Vinhos, no Oeste). Em 15 municípios as taxas de crescimento natural e migratório foram, simultaneamente, positivas – municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Alcochete, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sesimbra e Vila Franca de Xira) e o município contíguo de Benavente (Médio Tejo), e ainda os municípios de Valongo (Área Metropolitana do Porto), Entroncamento (Lezíria do Tejo) e Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira).

Decomposição da evolução da população residente por município, 2011-2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

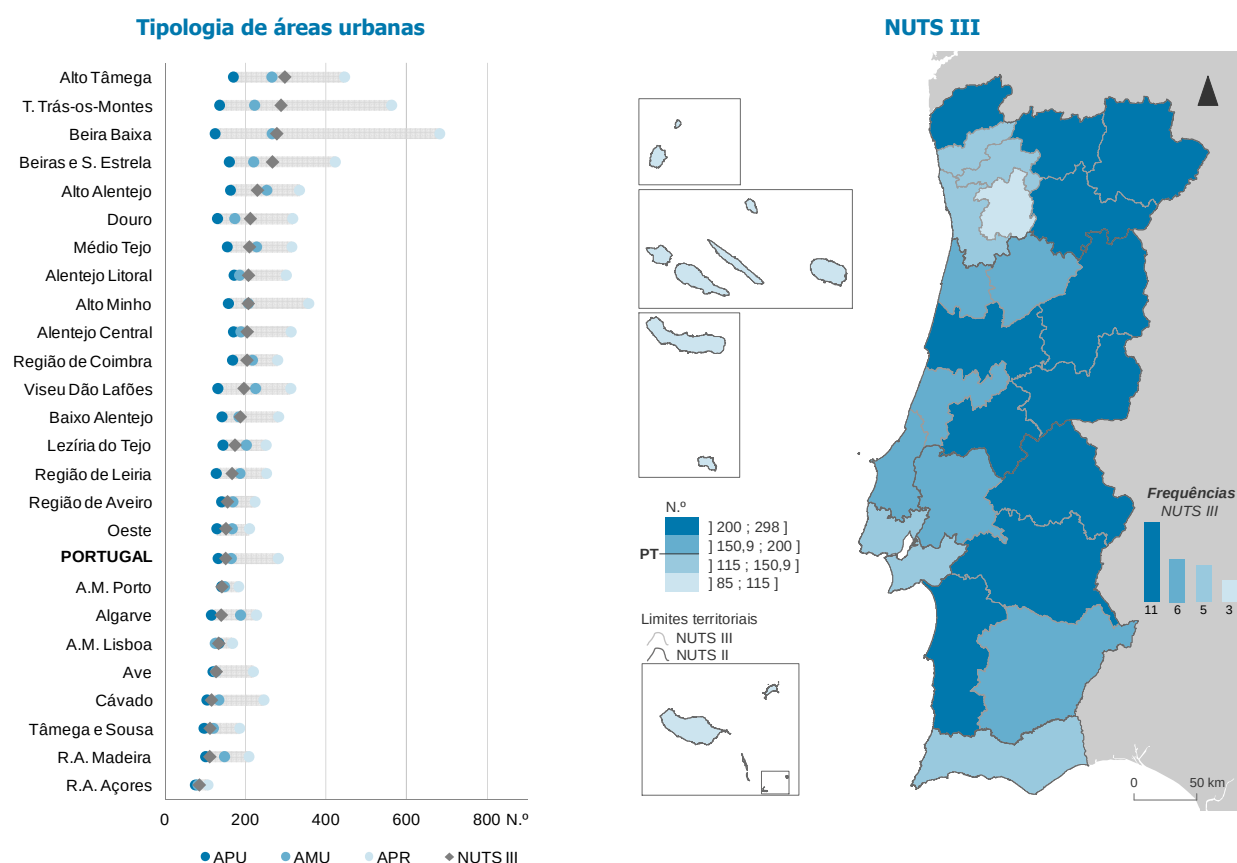
Entre 2011 e 2016, a maioria dos municípios portugueses registou um aumento do índice de envelhecimento e em 2016 este era inferior à média nacional em municípios dos territórios metropolitanos centrados em Lisboa e Porto, do Algarve e das regiões autónomas

Entre 2011 e 2016, apenas 15 municípios registaram um decréscimo do índice de envelhecimento – oito municípios do Alentejo, dois municípios do Interior Norte, dois do Algarve e dois da Região Autónoma dos Açores e ainda o município de Lisboa. Verificou-se um agravamento do índice de envelhecimento em 293 dos 308 municípios portugueses e, sobretudo, em municípios das sub-regiões do Interior Norte (Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Douro) e Centro (Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo), destacando-se os municípios de Almeida, Vila de Rei, Oleiros, Penamacor e Castanheira de Pêra que registaram um aumento em mais de 100 idosos por 100 jovens.

O índice de envelhecimento era mais elevado nos territórios rurais do que nos territórios urbanos, sendo esta assimetria mais acentuada nas sub-regiões Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes

Em 2016, o envelhecimento demográfico era mais acentuado nas áreas predominantemente rurais (APR, 282 idosos por cada 100 jovens) do que nas áreas predominantemente urbanas (APU, 132) ou nas áreas mediantemente urbanas (AMU, 165). A assimetria entre territórios urbanos e rurais revelava-se mais intensa nas sub-regiões da Beira Baixa (125 vs. 682), Terras de Trás-os-Montes (136 vs. 563), Alto Tâmega (170 vs. 446) e Beiras e Serra da Estrela (160 vs. 423). Em 2016, 17 sub-regiões tinham um índice de envelhecimento acima da média nacional (150,9), e 11 apresentavam um índice de envelhecimento acentuado, com valores acima de 200 idosos por cada 100 jovens.

Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016

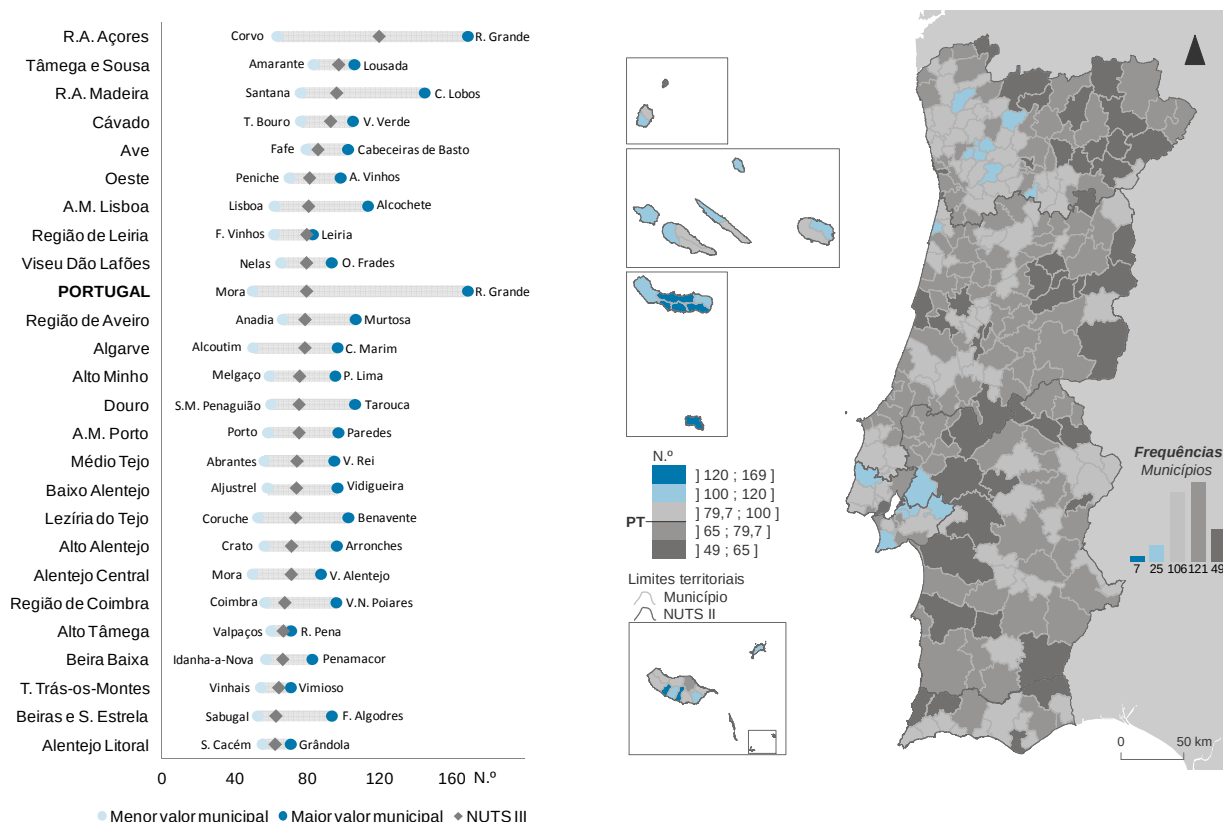


Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

Em 2016, apenas 32 dos 308 municípios portugueses registavam um índice de renovação da população em idade ativa acima de 100

Em 2016, o número de pessoas em idade potencial de saída (entre 55 e 64 anos) no mercado trabalho era compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada (entre 20 e 29 anos) em apenas 32 dos 308 municípios do país, localizados maioritariamente nas regiões autónomas, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Norte. Os valores mais elevados verificavam-se sobretudo nas regiões autónomas e, em particular, na Região Autónoma dos Açores: Ribeira Grande (169), Lagoa (153), Câmara de Lobos (145), Vila Franca do Campo (141) e Vila do Porto (127).

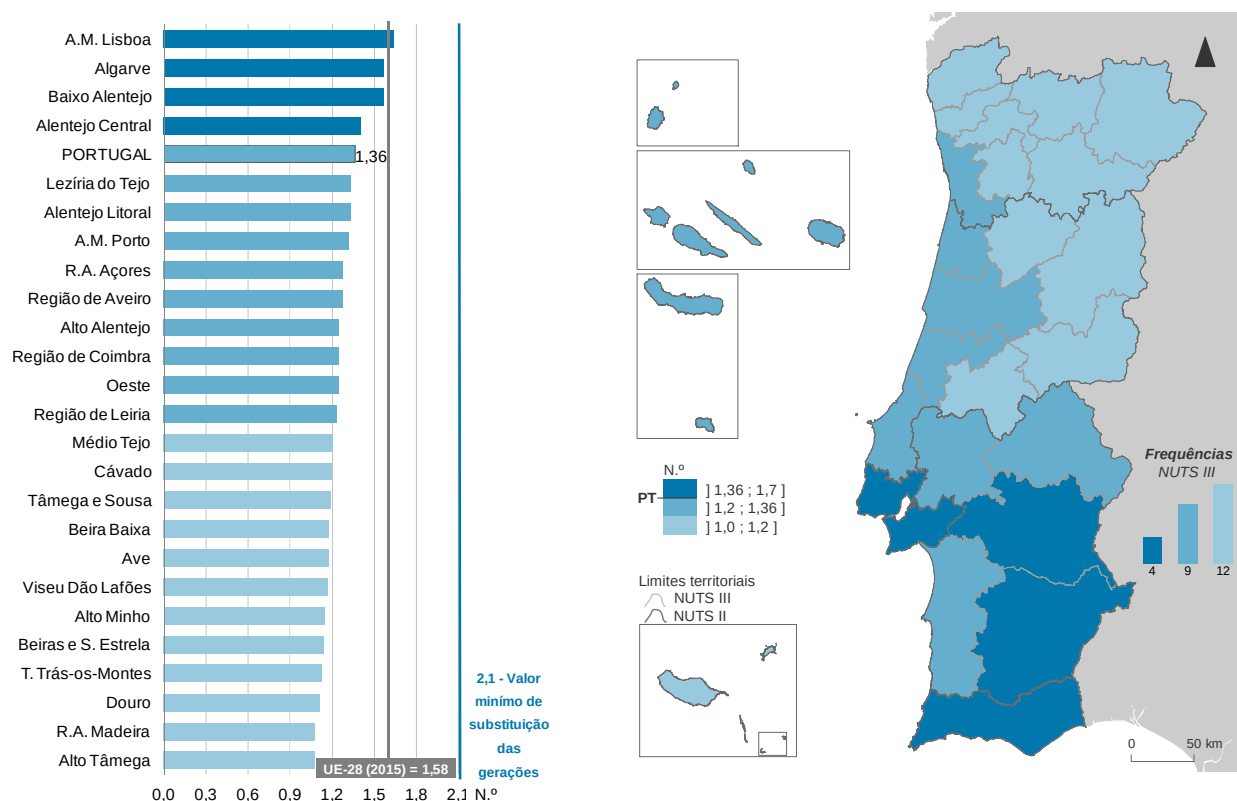
Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, NUTS III e município, 2016



Entre 2011 e 2016, o índice sintético de fecundidade diminuiu nas regiões autónomas e nas regiões Norte e Centro e, em 2016, estas regiões registavam um valor abaixo do limiar de 1,3 filhos por mulher

Entre 2011 e 2016, o número médio de filhos por mulher em idade fértil manteve-se abaixo do limiar que assegura a substituição das gerações (2,1 filhos por mulher em idade fértil) em todas as regiões NUTS II e NUTS III do país. Em 2016, destacavam-se os valores mais baixos das duas regiões autónomas e das regiões Norte e Centro, com um índice sintético de fecundidade inferior a 1,3 (limiar de muito baixa fecundidade) e abaixo da média nacional (1,36). A Área Metropolitana de Lisboa (1,63) e o Algarve (1,56) situavam-se acima do limiar de baixa fecundidade (1,5). O afastamento em relação ao valor de fecundidade que assegura a substituição das gerações era mais elevado em sub-regiões do Norte e do Interior Centro do Continente e na Região Autónoma da Madeira.

Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS III, 2016

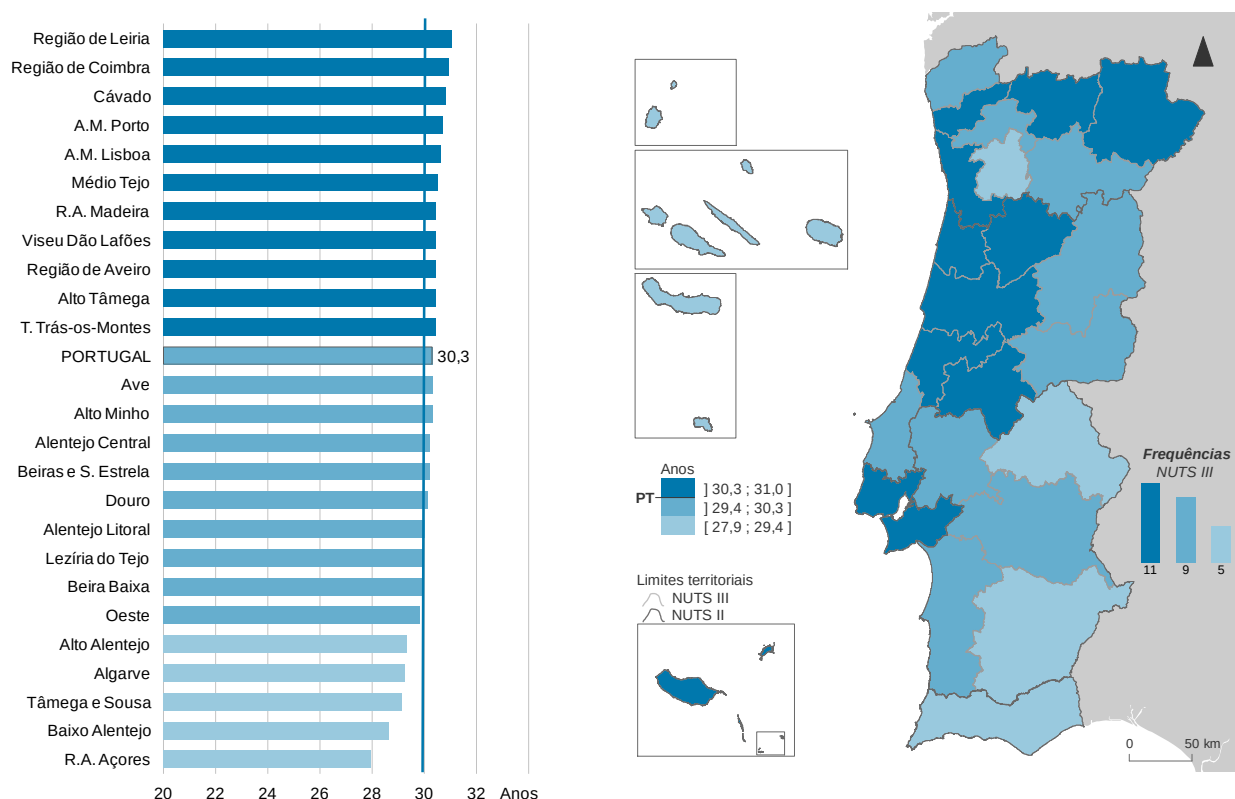


Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos. Eurostat.

Entre 2011 e 2016, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho aumentou em todas as regiões e, em 2016, situava-se acima dos 30 anos em 16 das 25 sub-regiões NUTS III

Entre 2011 e 2016, verificou-se um aumento da idade média das mães aquando do nascimento do primeiro filho nas sete regiões do país. O nascimento do primeiro filho tende a acontecer mais tarde para as mulheres residentes na Área Metropolitana de Lisboa e nas regiões Centro e Norte. Nestas regiões, bem como na Região Autónoma da Madeira, a idade média ao nascimento do primeiro filho ultrapassava os 30 anos de idade. A Região Autónoma dos Açores mantinha-se, entre 2011 e 2016, como a região do país onde este evento acontece mais cedo (aos 27 e 28 anos, respetivamente). Em 16 das 25 sub-regiões NUTS III, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho ultrapassava a fronteira dos 30 anos, e este evento acontecia mais tardiamente para as mulheres residentes em sub-regiões do Litoral Centro, nas áreas metropolitanas, no Cávado, Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes e na Região Autónoma da Madeira.

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS III, 2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

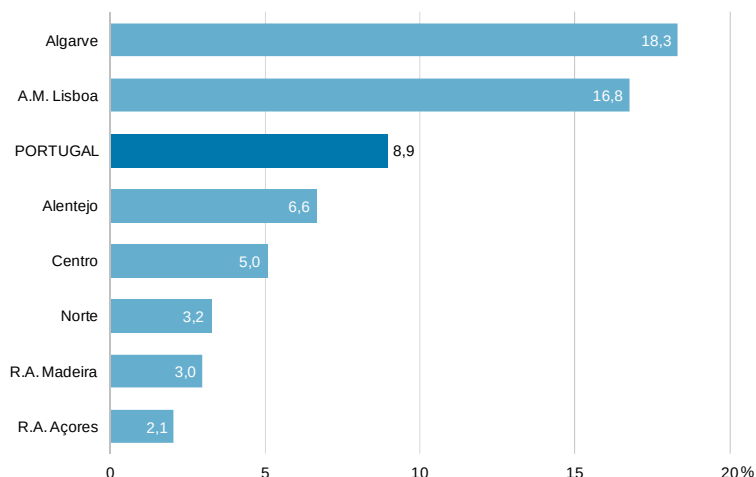
Entre 2011 e 2016, registou-se um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do país e, em 2016, os territórios mais urbanizados registavam globalmente valores mais elevados de maternidade tardia

Entre 2011 e 2016, verificou-se um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do país. Em 2016, a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos era mais elevada na Região Autónoma da Madeira (33,9%), na Área Metropolitana de Lisboa (33,5%) e no Centro (32,9%). A Região Autónoma dos Açores assinalava o valor mais baixo neste indicador (22,7%). Em 2016, os contextos territoriais mais urbanizados apresentavam uma maior incidência da maternidade tardia - com exceção do Alto Alentejo e da Região de Aveiro, nas restantes sub-regiões as áreas predominantemente urbanas ou mediantemente urbanas registavam valores acima da respetiva média sub-regional.

No período de 2012 a 2016, a proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira era superior a 16% no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa

No período de 2012 a 2016, 8,9% do total de nascimentos eram de mães de nacionalidade estrangeira. Esta proporção aumentava para 18,3% e 16,8% no caso das regiões do Algarve e da Área Metropolitana de Lisboa. As restantes regiões do país apresentavam valores inferiores à média nacional, registando a Região Autónoma dos Açores o valor mais baixo (2,1%).

Proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira, Portugal e NUTS II, 2012-2016

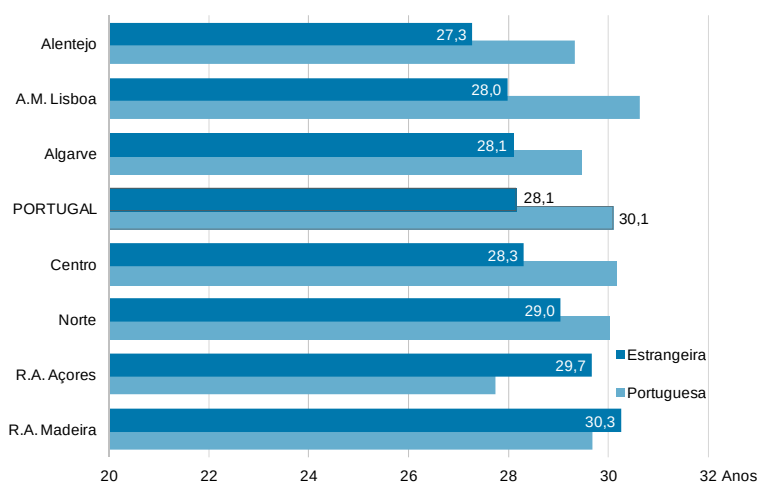


Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

O nascimento do primeiro filho tende a acontecer, em média, mais cedo para as mães de nacionalidade estrangeira do que para as mães de nacionalidade portuguesa em todas as regiões do Continente

O nascimento do primeiro filho tende a acontecer em média mais cedo no caso das mães de nacionalidade estrangeira – em 2016, aos 28,6 anos para as mães de nacionalidade estrangeira, e aos 30,5 anos de idade para as mães de nacionalidade portuguesa. Entre 2012 e 2016, o nascimento do primeiro filho ocorria, em média, mais cedo para mães de nacionalidade estrangeira do que para as mães de nacionalidade portuguesa nas cinco regiões do Continente, sendo esta diferença mais evidente na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo.

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho segundo a nacionalidade da mãe, Portugal e NUTS II, 2012-2016



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

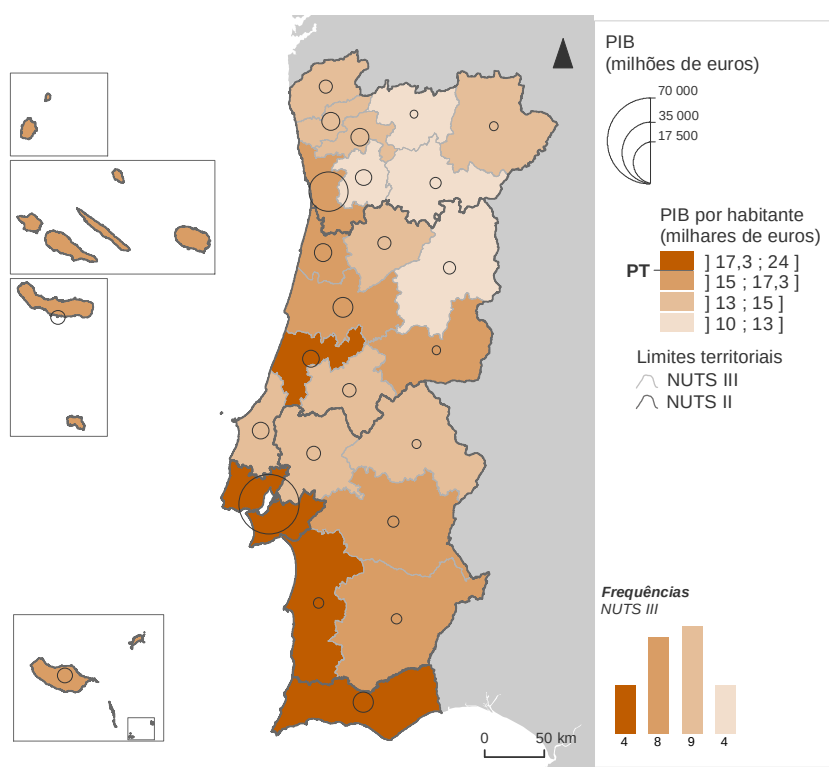
III. A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas

Na análise sobre *A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas* é apresentado o quadro diferenciado de evolução recente das economias regionais e as condições para a inovação, no período de exposição à crise económica e financeira, caracterizando o tecido empresarial de base tecnológica nas regiões, bem como a orientação para o mercado externo e assinalando aspetos específicos de inovação nas regiões e suas aplicações. As Contas Regionais, o Sistema de Contas Integradas das Empresas, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e o Inquérito Comunitário à Inovação constituem as principais fontes de informação

Entre 2000 e 2015, em todas as regiões NUTS II, com exceção do Alentejo, verificou-se uma aproximação do valor do PIB por habitante ao valor médio nacional, evidenciando uma convergência dos desempenhos económicos das regiões portuguesas

Entre 2000 e 2015, verificou-se uma convergência dos desempenhos regionais uma vez que os valores do PIB por habitante se aproximaram do valor nacional em todas as regiões, com exceção do Alentejo que se distanciou ligeiramente (de 92% em 2000 para 91% do valor nacional em 2015). A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região que apresentou anualmente um PIB por habitante superior à média nacional ainda que tenha registado uma tendência de diminuição e consequente aproximação do valor de Portugal. O desempenho do Algarve ficou aquém do valor nacional apenas nos anos de 2010, 2011 e 2013. Entre as regiões com PIB por habitante inferior ao valor médio nacional, a Região Autónoma dos Açores foi a que mais convergiu para o valor nacional (89% do valor nacional em 2015 face a 81% em 2000).

PIB por habitante e PIB por NUTS III, 2015Pe



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011). Pe: Dados preliminares.

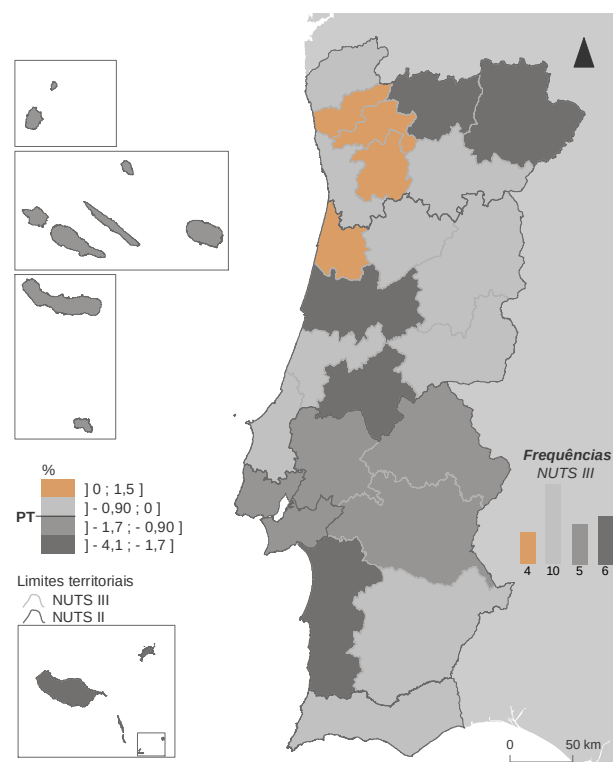
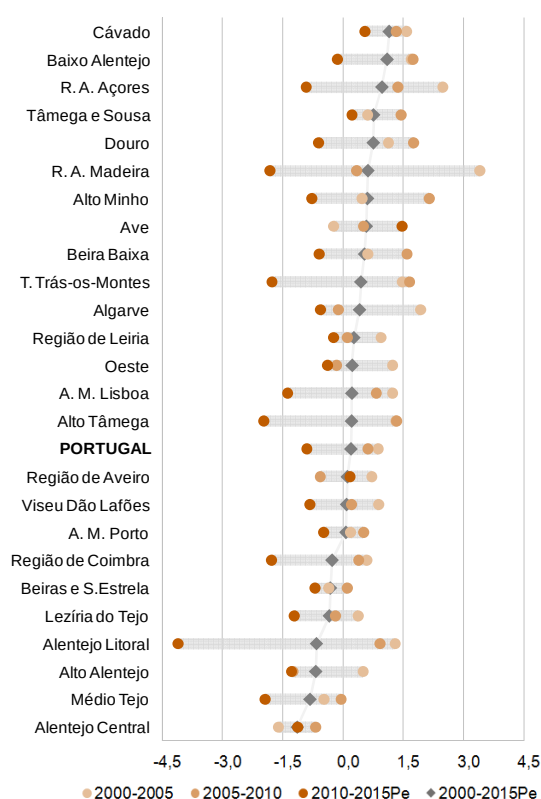
Em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, o crescimento médio anual real do PIB foi positivo nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 e negativo no quinquénio 2010-2015

Em todas as regiões NUTS II, com exceção do Algarve, o crescimento médio foi positivo nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 e negativo no quinquénio 2010-2015. Na região do Algarve a diminuição real do PIB verificou-se nos períodos 2005-2010 e 2010-2015. As disparidades nos ritmos de crescimento médio foram mais expressivas no Alentejo Litoral, na Região Autónoma da Madeira, em Terras de Trás-os-Montes, na Região Autónoma dos Açores e no Alto Tâmega, sub-regiões que registaram simultaneamente maiores crescimentos médios no período 2000-2005 e diminuições reais do PIB mais significativas no quinquénio de 2010-2015. Entre 2010 e 2015, apenas quatro das 25 sub-regiões registaram um crescimento real positivo do PIB: a Região de Aveiro (+0,17%) e as três sub-regiões contíguas do Norte que envolvem a Área Metropolitana do Porto: Ave (+1,47%), Cávado (+0,54%) e Tâmega e Sousa (+0,22%). Os maiores decréscimos do PIB registaram-se no Alentejo Litoral (-4,11%), no Médio Tejo (-1,94%), na Região de Coimbra (-1,78%), no Alto Tâmega (-1,97%), em Terras de Trás-os-Montes (-1,77%) e na Região Autónoma da Madeira (-1,82%).

Taxa de crescimento real anual médio do PIB, Portugal e NUTS III

2000-2005, 2005-2010, 2010-2015Pe e 2000-2015Pe

2010-2015Pe

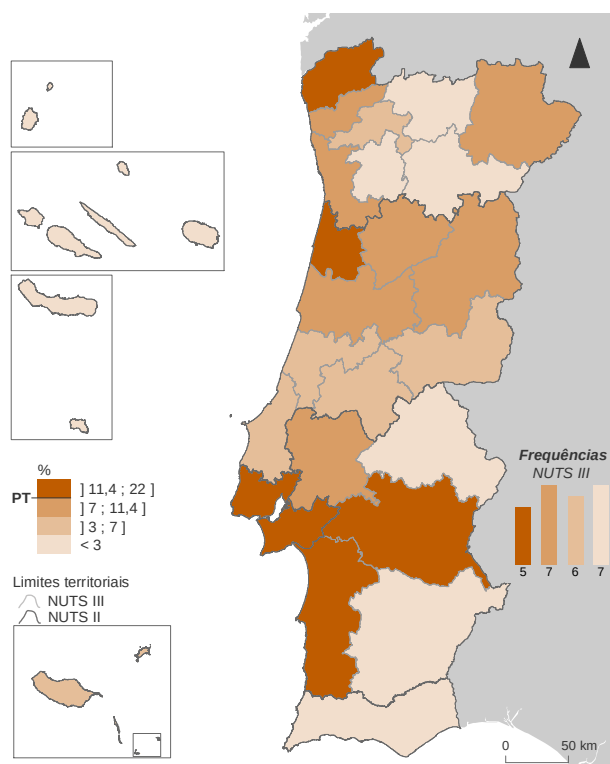


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011). Pe: Dados preliminares.

A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região onde a proporção de empresas, de pessoal ao serviço e de VAB nos setores de alta e média-alta tecnologia era superior à média nacional no triénio 2013-2015

Entre 2013 e 2015, a importância dos setores de alta e média alta tecnologia era mais expressiva no tecido empresarial da Área Metropolitana de Lisboa e das regiões Centro e Norte. A Área Metropolitana de Lisboa era única região onde a proporção de empresas (2,8%), de pessoal ao serviço (6,8%) e de VAB (14,9%) era superior à média nacional. Para além da Área Metropolitana de Lisboa, também a Região de Aveiro (21,6%) e as sub-regiões do Alto Minho (18,1%), Alentejo Litoral (14%) e Alentejo Central (15,7%) registavam uma proporção do VAB gerado pelas empresas em setores de alta e média-alta tecnologia superior à média nacional. As sub-regiões que apresentaram valores mais baixos neste indicador, inferiores a 3%, foram o Algarve, a Região Autónoma dos Açores, as sub-regiões do Baixo Alentejo e Alto Alentejo no Alentejo e as três sub-regiões contíguas do Alto Tâmega, Douro e Tâmega e Sousa na região Norte.

Proporção do valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015

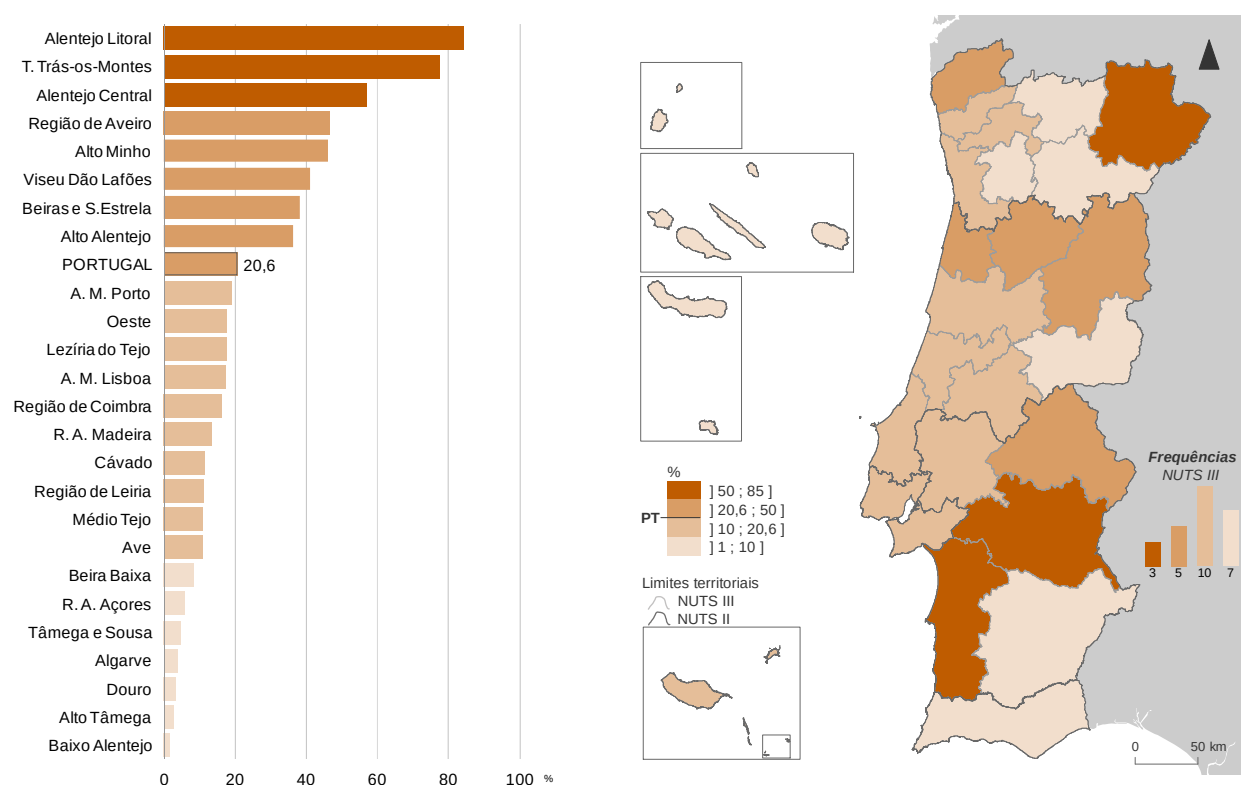


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No triénio 2013-2015, nas sub-regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Terras de Trás-os-Montes mais de metade das vendas e prestações de serviço para o mercado externo eram realizadas pelas sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia

No triénio 2013-2015, o contributo das vendas e prestações de serviços ao exterior das sociedades dos setores de cariz tecnológico foi de cerca de 20,6% para o total de volume de negócios das sociedades gerado com base no mercado externo, sugerindo assim uma maior importância das empresas de base tecnológica na ligação ao exterior. As empresas em setores de alta e média-alta tecnologia sedeadas nas sub-regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Terras de Trás-os-Montes concentravam mais de metade das vendas e prestações de serviços para o mercado externo, salientando-se também com valores acima da média nacional o Alto Alentejo, o Alto Minho e as sub-regiões contíguas do Centro: Região de Aveiro, Viseu e Dão Lafões e Beiras e Serra da Estrela.

Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia nas vendas e prestações de serviços para o mercado externo do total das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013-2015

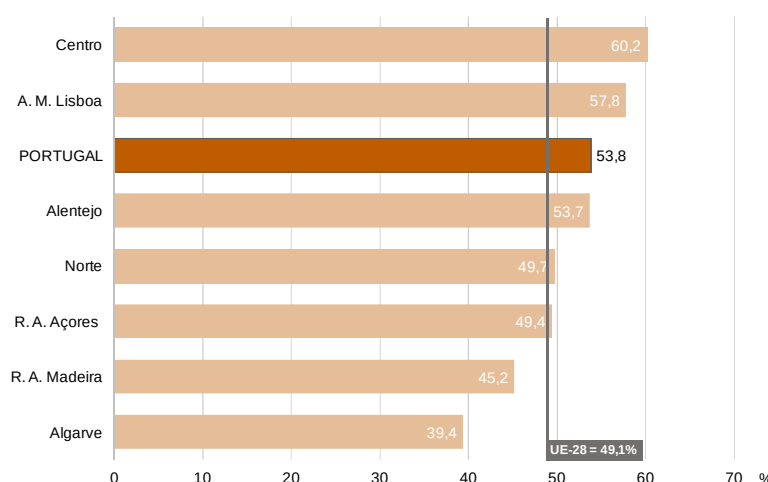


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No período 2012-2014, em 3 das 7 regiões NUTS II, mais de metade das empresas desenvolvia atividades de inovação, proporção superior à média da UE-28

No período 2012-2014, cerca de 53,8% das empresas desenvolveram atividades específicas para implementar uma inovação de produto, de processo, organizacional ou de marketing. Esta proporção era superior ao valor médio europeu (49,1%). A proporção de empresas com atividades de inovação era mais elevada na região do Centro (60,2%) e na Área Metropolitana de Lisboa (57,8%), superando o valor médio nacional. Também acima da referência europeia, destacavam-se as regiões do Alentejo (53,7%), do Norte (49,7%) e a Região Autónoma dos Açores (49,4%).

Proporção de empresas com atividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2012-2014

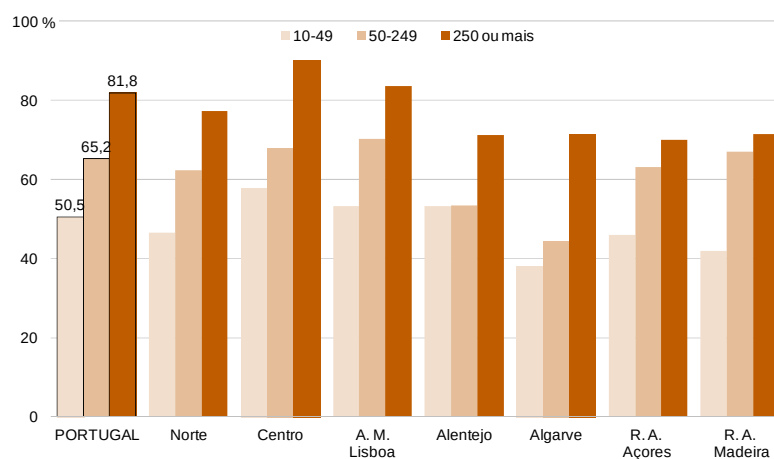


Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito Comunitário à Inovação. Eurostat.

Considerando a dimensão da empresa, verifica-se que em Portugal e em todas as regiões NUTS II do país, as grandes empresas apresentavam uma maior propensão para realizar atividades de inovação

No triénio 2012-2014, para o total do país e em todas as regiões NUTS II do país, as grandes empresas (com 250 ou mais pessoas ao serviço) apresentavam uma maior propensão para realizar atividades de inovação. Em Portugal, cerca de 82% das empresas de maior dimensão desenvolveram atividades de inovação. Esta proporção atingia os 65,2% no caso das médias empresas (50 a 249 pessoas ao serviço) e 50,5% para as empresas de menor dimensão (10 a 49 pessoas ao serviço).

Proporção de empresas com atividades de inovação por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014



Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito Comunitário à Inovação.

A região Centro e a Área Metropolitana de Lisboa foram as regiões NUTS II onde a proporção de empresas inovadoras era superior à média nacional nos três escalões de dimensão considerados.